

ACORDO-TSE Nº XX/2022

ACORDO ENTRE O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A SECRETARIA-GERAL DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS REFERENTE AO PROCEDIMENTO DE OBSERVAÇÃO DAS ELEIÇÕES GERAIS DE 2 DE OUTUBRO DE 2022, EM PRIMEIRO TURNO, E 30 DE OUTUBRO DE 2022, EM SEGUNDO TURNO.

O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, doravante denominado **TSE**, e a **SECRETARIA-GERAL DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS**, sediada em Washington,DC, doravante denominada **SG/OEA**,

CONSIDERANDO:

Que o Governo da República Federativa do Brasil (doravante denominado ‘o Governo’), por meio de uma comunicação dirigida ao Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (doravante denominado ‘Secretário-Geral’), datada de 28 de março de 2022, solicitou o envio de uma Missão de Observação Eleitoral da Organização dos Estados Americanos (doravante denominada ‘OEA’) para as Eleições Gerais que serão realizadas em 2 de outubro de 2022, em primeiro turno, e, se vier a ser necessário, em 30 de outubro de 2022 em segundo turno;

Que, na Resolução AG/Res. 991 (XIX-O/89), a Assembleia Geral da OEA reiterou ao Secretário-Geral a recomendação de que “organize e envie missões àqueles Estados membros que, no exercício de sua soberania, o solicitarem, com o propósito de observar o desenvolvimento, se possível em todas suas etapas, de cada um dos respectivos processos eleitorais”;

Que a Carta Democrática Interamericana, em seu artigo 24, estabelece o seguinte: "As missões de observação eleitoral serão levadas a cabo a pedido do Estado membro interessado. Com essa finalidade, o governo do referido Estado e o Secretário-Geral celebrarão um convênio que determine o alcance e a cobertura da missão de observação eleitoral de que se tratar. O Estado membro deverá garantir as condições de segurança, livre acesso à informação e ampla cooperação com a missão de observação eleitoral...";

Que a OEA é parte signatária da Declaração de Princípios das Nações Unidas para Observação Internacional de Eleições e Código de Conduta para Observadores Internacionais de Eleições, celebrada a 27 de outubro de 2005, cujos princípios guiarão a Missão de Observação Eleitoral da Organização dos Estados Americanos, de acordo com o Manual para Missões de Observação Eleitoral da OEA; e

Que, mediante nota do dia 31 de março de 2022, a SG/OEA aceitou o convite da República Federativa do Brasil e instruiu o Departamento de Cooperação e Observação Eleitoral da Secretaria para o Fortalecimento da Democracia a gerenciar a busca de recursos externos para formar um Grupo de Observadores da OEA com o objetivo de realizar uma Missão de Observação Eleitoral (doravante denominada 'Missão') na República Federativa do Brasil por ocasião das Eleições Gerais a serem realizadas no dia 2 de outubro de 2022, em primeiro turno, e, se vier a ser necessário, em 30 de outubro de 2022 em segundo turno.

ACORDAM:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DAS GARANTIAS**

1. O TSE garantirá à Missão todas as facilidades para o cumprimento adequado de sua Missão de Observação Eleitoral das Eleições Gerais de 2 de outubro de 2022, em primeiro turno, e em 30 de outubro de 2022 em segundo turno, em conformidade com as normas vigentes na República Federativa do Brasil e os termos deste Acordo.

2. O TSE garantirá a correspondente instrução a suas autoridades para que estas deem aos Observadores Internacionais o pleno acesso às suas

instalações, assim como à informação oportuna sobre o desenvolvimento e avanço do calendário eleitoral.

3. O TSE, durante o dia das eleições, tanto no primeiro quanto no segundo turno, garantirá à Missão a livre circulação em todo o território brasileiro, além de facilitar o acesso de seus Observadores Internacionais a todas as áreas das organizações que compõem o sistema eleitoral e aos locais de votação, desde a instalação das mesas eleitorais até o término do escrutínio a nível nacional.

4. O TSE garantirá à Missão o pleno acesso aos tribunais eleitorais responsáveis pela votação, contagem e totalização dos votos nos níveis Municipal, Estadual e Nacional. O TSE entregará à Missão cópia digital dos resultados que constarem nas atas de apuração onde os observadores da Missão não estiverem presentes durante o processo de apuração das Eleições Gerais de 2 e 30 de outubro de 2022.

5. A Missão desempenhará suas funções de observação sem prejudicar a soberania do Estado e a independência e autonomia do TSE.

CLÁUSULA SEGUNDA DAS INFORMAÇÕES

1. O TSE fornecerá à Missão toda informação referente à organização, condução e supervisão do processo eleitoral. A Missão poderá pedir ao TSE toda informação de que venha a necessitar no exercício de suas funções, e o TSE deverá prover essas informações de maneira ágil.

2. A Missão informará ao TSE sobre as irregularidades e interferências que se observem ou que forem a ela comunicadas. Além disso, a Missão poderá solicitar às autoridades competentes informações sobre as medidas que forem tomadas a respeito.

3. O TSE dará à Missão acesso às informações referentes aos cadernos eleitorais e aos dados destes cadernos que estejam contidos em seus sistemas automatizados. Além disso, proverá qualquer outra informação referente ao

sistema de contagem para o dia das eleições e oferecerá demonstrações de sua operação.

4. O TSE garantirá à Missão o acesso a todas as entidades eleitorais responsáveis pela contagem de votos. Igualmente, o TSE permitirá à Missão conduzir quaisquer avaliações do sistema de votação e das comunicações utilizadas para transmitir os resultados que a Missão considere necessárias. Ao mesmo tempo, o TSE deverá garantir à Missão o acesso completo ao processamento de denúncias e aos controles de qualidade antes e depois do processo eleitoral.

5. O TSE garantirá o acesso da Missão aos locais de votação dentro de todo o território da República Federativa do Brasil.

6. O TSE garantirá à Missão informação sobre a contagem provisória e a contagem definitiva, e garantirá o acesso de membros da Missão aos respectivos centros de contagem, assim como às cópias dos documentos impressos eletronicamente.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO RELACIONADO À EXPOSIÇÃO À COVID-19

1. O TSE providenciará aos membros da Missão equipamentos de proteção individual (doravante denominados 'EPI's') suficientes para prevenir a exposição desses membros à COVID-19 durante sua estada no Brasil.

2. O TSE e a **SG/OEA** devem decidir o que constituem EPI's suficientes antes da chegada da Missão ao Brasil.

CLÁUSULA QUARTA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. O Secretário-Geral nomeará o Chefe da Missão, que representará a Missão e seus integrantes perante o Governo e suas instituições.

2. A **SG/OEA** comunicará ao Presidente do **TSE** os nomes das pessoas que integrarão o Grupo de Observadores Internacionais, os quais estarão devidamente identificados com uma credencial de identificação da **SG/OEA** e do **TSE**, elaborados especialmente para a Missão.

2.1. Apenas pessoas estrangeiras poderão compor o corpo de observadores da Missão.

3. A Missão atuará de maneira imparcial, objetiva e independente dentro do cumprimento de seu mandato, respeitando as leis e regulamentos vigentes na República Federativa do Brasil, sem prejuízo aos privilégios e imunidades outorgados.

4. O Secretário-Geral enviará ao Presidente do **TSE** uma cópia do relatório final da Missão.

5. O **TSE** dará conhecimento e publicidade entre todos os organismos com responsabilidade no processo eleitoral do conteúdo deste Acordo.

CLÁUSULA QUINTA

DOS PRIVILÉGIOS E IMUNIDADES

Nenhuma disposição neste Acordo se entenderá como uma renúncia expressa ou tácita aos privilégios e imunidades de que gozam a OEA, seus órgãos, seu pessoal e seus bens, conforme a Carta da OEA, cujo instrumento de ratificação foi depositado pelo Governo da República Federativa do Brasil em 13 de março de 1950; ao Acordo sobre Privilégios e Imunidades da OEA, adotado em 15 de maio de 1949, cujo instrumento de adesão foi depositado pelo Governo da República Federativa do Brasil em 22 de outubro de 1965; ao Acordo Entre a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos e o Governo da República Federativa do Brasil Sobre o Financiamento do Escritório da Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, suas Obrigações, Privilégios e Imunidades, assinado em 23 de fevereiro de 1988; e ao Acordo entre a Secretaria-Geral e o Governo em relação aos Privilégios e Imunidades dos Observadores Internacionais do processo eleitoral na República Federativa do Brasil a ser celebrado para este processo eleitoral.

CLÁUSULA SEXTA

DA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

As Partes buscarão resolver mediante negociações diretas qualquer controvérsia que surja a respeito da interpretação e/ou aplicação deste Acordo. Se isso não for possível, a questão será resolvida mediante o procedimento que as Partes estabeleçam de comum acordo.

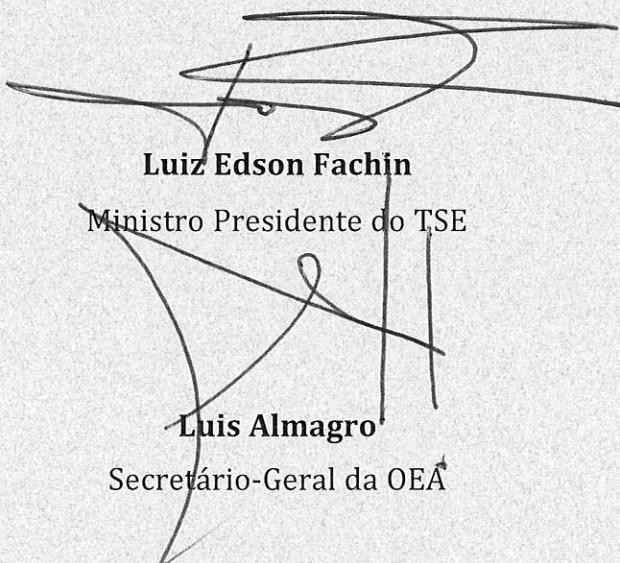
CLÁUSULA SÉTIMA

DA VIGÊNCIA E TERMINAÇÃO

1. Este Acordo entrará em vigor a partir da data de sua assinatura pelos representantes devidamente autorizados das Partes, permanecendo em vigor até que a Missão tenha concluído seu trabalho referente a todo o processo eleitoral na República Federativa do Brasil, estendendo-se ao segundo turno a ser realizado em 30 de outubro de 2022.

2. Qualquer uma das Partes poderá dar por encerrado este Acordo, sem a necessidade de justificar a causa de sua decisão, mediante uma comunicação escrita dirigida à outra parte com uma antecedência mínima de cinco dias corridos da data de encerramento.

EM FÉ DO QUE, os representantes das Partes, devidamente autorizados para tal, assinam o presente documento em dois originais igualmente válidos em Washington, D.C., Estados Unidos da América, no dia 5 de julho de 2022.



Luiz Edson Fachin
Ministro Presidente do TSE

Luis Almagro
Secretário-Geral da OEA